Determinantes do rendimento das mulheres no mercado de trabalho mineiro: uma abordagem por regressão quantílica

Lorena Rayssa de Andrade Sapori
Graduada em Economia pelo IBMEC-MG.

Felipe Lacerda Diniz Leroy
Doutor em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR/UFMG. Professor do Ibmec – Minas Gerais nos programas de Graduação e Executivos. Pesquisador da Fundação João Pinheiro.

Bárbara Cristina Sacramento Coelho
Mestranda em Administração – linha de pesquisa: finanças – no CEPEAD/UFMG. Assistente de Pesquisa da Fundação João Pinheiro.

Heloísa Gonçalves Albanez
Graduada em Relações Internacionais pelo IBMEC-MG. Assistente de Pesquisa da Fundação João Pinheiro.

Claudio Burian Wanderley
Doutor em Teoria Econômica pela Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas. Professor adjunto daPUC-MG. Pesquisador da Fundação João Pinheiro.

Marconi Martins de Laia
Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais, na área de Governo Eletrônico. Professor da Fundação João Pinheiro, IBMEC e PUC-Minas.Pesquisador da Fundação João Pinheiro.

RESUMO

Este artigo analisa os determinantes da remuneração feminina para as doze mesorregiões de Minas Gerais, utilizando dados do Censo 2010. Atualmente, as mulheres possuem participação significativa no mercado de trabalho, são importantes fontes de renda para a família e para a economia. Apesar das diferenças socioeconômicas das regiões analisadas, os resultados indicam que variáveis como idade e escolaridade tem um efeito positivo sobre a remuneração. Quantoao número de filhos, a cor e a vivência com um cônjuge, esses impactam negativamente renda a mulher.

Palavras-Chaves: Mulher; Mercado de trabalho; Remuneração Feminina; Minas Gerais; Regressão Quantílica.

Área temática: Economia Mineira

1 INTRODUÇÃO

A inserção feminina no mercado de trabalho é um fenômeno crescente em todas as partes do mundo. No Brasil, este processo teve início com a industrialização do país, a partir da década de 1920, e vem evoluindo deste então. As mulheres brasileiras estão cada vez mais qualificadas, têm mais tempo de estudo do que os homens e começam a ter profissões consideradas de prestígio e a ocupar postos de liderança.

A participação da mulher brasileira no mercado de trabalho é um dos fatores mais importantes para a sua emancipação econômica e consolidação da sua independência social. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a participação feminina na População

Economicamente Ativa (PEA) subiu de 13,6%, em 1950, para 48,9%, em 2010. Além disso, as brasileiras vêm sendo beneficiadas por um conjunto de leis e ações governamentais que visam promover a equidade de gêneros no trabalho.

Apesar dos avanços, as trabalhadoras ainda ganham salários inferiores aos do sexo masculino, na comparação entre mesmas ocupações, são maioria no mercado informal, nas ocupações precárias e sem remuneração ((BRUSCHINI, 2005). Além disso, as mulheres ainda são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados com crianças, o que dificulta a conciliação entre família e trabalho.

Diante deste cenário, este artigo tem como objetivo compreender quais variáveis impactam a remuneração feminina no mercado de trabalho, levando em consideração aspectos sociais e familiares. A partir disso, espera-se contribuir para a formulação de políticas públicas que promovam a conciliação da mulher entre família e trabalho, e amenizem as discrepâncias salariais existentes entre os sexos.

A análise é realizada especificamente para as doze mesorregiões do estado de Minas Gerais devido à grande heterogeneidade e à extensão do mercado de trabalho brasileiro. Porém, este estudo pode servir de base para trabalhos futuros que compreendam as demais regiões do país.

Sendo assim, na seção 2 elabora-se um panorama geral da mulher no mercado de trabalho no Brasil ao longo das últimas décadas e sua atual situação. A seção 3 apresenta a revisão de literatura teórica e empírica acerca do tema. Na seção 4, são explicadas a base de dados e a metodologia. A seção 5 apresenta características e análise de dados para cada mesorregião de Minas Gerais. Por fim, as seções 6 e 7 expõem os principais resultados e a conclusão deste trabalho.

2 A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

As transformações ocorridas ao longo do século XX nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher alteraram significativamente a identidade feminina, que se tornou cada vez mais voltada para o trabalho remunerado.

A presença crescente da mulher no mercado de trabalho brasileiro acompanhou o processo de urbanização e industrialização do país, que começou a ocorrer expressivamente a partir da década 1920. Esse período é marcado por um grande contingente de mulheres exercendo posições, principalmente no setor têxtil, em condições precárias de trabalho, sem proteção social e com baixa remuneração.

No entanto, durante as décadas de sessenta e setenta, o movimento feminista, ao defender a liberdade e a igualdade entre os sexos, combatendo a discriminação social e lutando pela redefinição do papel social da mulher, foi fundamental para aumentar a atuação feminina em outros setores da economia, como na educação e no setor público.

Apesar da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho nesse período, a continuidade das desigualdades em relação ao sexo masculino predomina. Além disto, uma parcela significativa do contingente feminino ainda permanece em atividades precárias. A partir da década de oitenta, a expansão da escolaridade e o ingresso na universidade viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de emprego e renda, que passaram a ocupar cargos antes direcionados somente aos homens.

Ao analisarmos dados do Brasil, a participação da mulher no mercado de trabalho aumentou expressivamente nas últimas décadas - 13,6%, em 1950 para 48,9%, em 2010 (IBGE). Enquanto isso, a taxa de participação masculina decresceu de 80,8% para 67,1% no mesmo período. Em números absolutos, a PEA total avançou de 17,1 milhões de pessoas em 1950, para

aproximadamente 93,5 milhões de pessoas em 2010. A PEA feminina passou de 2,5 milhões em 1950 para 40,7 milhões em 2010, e a masculina subiu de 14,6 milhões para 52,8 milhões.

Em relação à remuneração, estudos do IBGE, a partir de dados obtidos com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), revelam que o rendimento médio do trabalho das mulheres subiu 24,9%, entre os anos de 2003 e 2011, isto é, passou de R$1076,04 para R$1343,8. Apesar da melhora significativa, a PME indica que a remuneração média das mulheres ainda continua abaixo da remuneração média dos homens, que registrou o patamar de R$1857,63 em 2011 e subiu 22,3% entre o período de 2003 e 2011.

As mulheres estão presentes em diversos setores da economia. O predomínio da mulher no setor público, seguido pelo comércio, se manteve constante durante o período de oito anos. No entanto, a participação feminina aumentou sua atuação de 11,6% para 14,9%, no setor de serviços prestados a empresas privadas. Porém, houve redução na participação nos serviços domésticos, caindo de 16,7% para 14,5%. Este dado revela a tendência cada vez mais forte da mulher deixar as tarefas domésticas para ir atuar diretamente no mercado de trabalho, inclusive em busca de trabalhos mais estáveis, setor público, e com horários de trabalhos mais flexíveis que permitem a conciliação com as outras atividades do lar.

Diante dos dados apresentados, este artigo objetiva compreender um pouco sobre a dinâmica da mulher no mercado de trabalho e quais fatores influenciam sua remuneração. Na próxima seção é apresentada uma breve revisão da literatura, tanto teórica quanto empírica, que abrange o tema tratado neste estudo.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A evolução da participação feminina no mercado de trabalho tem sido objeto de estudo de diversos autores em todo o mundo. Durand (1975) tenta delinear um padrão de taxas de atividades femininas e masculinas abrangendo 150 países e sugere que o padrão de participação feminina no mercado de trabalho mostra-se sensível às mudanças na estrutura de demanda por mão de obra, às taxas de desemprego, às variações no nível de renda e salários e a outros fatores extra-econômicos. Além disso, o autor ressalta que a presença da mulher na força de trabalho está associada ao ciclo de vida do casamento e da família.

Da mesma forma, Kreps e Clark (1975) tentam traçar um padrão do perfil feminino e masculino, bem como estabelecer uma relação entre a participação de ambos no mercado de trabalho norte-americano. Em relação à mulher, os autores argumentam que os fatores que impactam as taxas de atividade feminina são: mulheres com maior grau de instrução, taxa de fecundidade, o crescimento dos salários femininos e uma maior aceitação social de mulheres solteiras e casadas que estão no mercado de trabalho. Ademais, os autores também alegam que a probabilidade da mulher fazer parte da força de trabalho é influenciada, principalmente, pelo seu estado civil. A participação das mulheres casadas no mercado de trabalho está associada com a idade e sua escolaridade, com o número e idade dos filhos, com a posição ocupacional do marido e com as demais fontes de renda familiar.

Em relação à evolução da mulher brasileira no mercado de trabalho, Wajnman et al. (1998) explicam que o crescimento da atividade feminina no Brasil encontra explicações nas mudanças de fatores econômicos, demográficos e culturais que vêm ocorrendo na sociedade brasileira ao longo do século XX. De acordo com os autores, as profundas transformações nos padrões de comportamento e na atribuição de valores sociais das mulheres, provocados pelos movimentos feministas crescentes nos anos setenta, conduziram a modificações na construção da identidade feminina, culminando em uma redefinição dos papéis da mulher de todas as camadas sociais e, possivelmente, ocasionando uma elevação na oferta e na demanda por trabalho neste segmento.

Costa (1990) revela que a industrialização crescente de bens e serviços do lar, desde produtos alimentícios ao cuidado dos filhos, teria proporcionado a mulher maior possibilidade de ingressar no mercado trabalho e de se dedicar a uma carreira. Outros aspectos, como aumento do nível de escolaridade e a queda na taxa de fecundidade, devido à disseminação dos métodos anticonceptivos, também foram importantes para esse processo de integração feminina na força de trabalho, uma vez que mulheres mais instruídas e de alto nível socioeconômico passaram a ter um menor número de filhos, tornando-se mais disponíveis para a atividade econômica (BRUSCHINI & LOMBARDI,1996).

No trabalho de Lavinas e Barsted (1996) as autores utilizam uma abordagem diferente para explicar o aumento da presença feminina no mercado de trabalho brasileiro. As autoras revelam que a regulamentação formal dos vínculos empregatícios, por meio da elaboração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, influenciou a entrada da mulher no mercado de trabalho na medida em que garantiam maiores direitos, mais segurança, melhores condições de trabalho e relativa igualdade salarial com o sexo masculino. Porém, por meio de uma análise dos dados da PNAD 93 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), as autoras discutem que apesar das melhorias adquiridas com a legislação trabalhista, no início dos anos 90 o sexo feminino ainda estava sobre representado no emprego precário, informal e nas ocupações não regulamentadas e altamente flexíveis, desqualificadas (serviços domésticos) ou de qualificação não reconhecida e não remunerada, como por exemplo, o trabalho familiar. Além disto, ressaltam a necessidade de definição de normas mínimas para a realização do trabalho feminino no setor informal.

Na avaliação de Posthuma e Lombardi (1997) as oportunidades surgidas na época eram, em grande parte, empregos "*part-time*", ou em postos mais precários e menos qualificados. Além disso, elas também revelam o aumento da presença feminina no setor informal, frisando que tal situação levava a uma intensificação da carga de trabalho, à redução de salários e à perda da proteção da legislação trabalhista, já que não havia regulamentação para o setor informal na época.

Nesse contexto, Bruschini et al. (2006) ressaltam em seu estudo que a inserção da mulher brasileira no mercado de trabalho entre 1992 e 2002 é marcada tanto por avanços quanto por retrocessos. Por um lado, há a constância do aumento da participação feminina na PEA, por outro, há um elevado desemprego e uma má qualidade das condições de trabalho das mulheres.

Por fim, a próxima subseção dará continuidade ao tema, mas abordando estudos empíricosutilizam diversas técnicas econométricas que visam identificar os principais determinantes das mulheres no mercado de trabalho

3.1 Revisão Empírica

Ainda sobre a evolução da mulher na força de trabalho, Scorzafave e Menezes-Filho (2001) buscam explicar as causas do aumento da participação feminina no mercado de trabalho durante o período de 1982 a 1997, traçando um paralelo com a evolução da participação masculina durante o mesmo período. Para isso, os autores recorrem aos dados da PNAD para os referidos anos e decompõem a amostra em coortes.[1] A partir da utilização de um modelo probit, eles chegam à conclusão de que as mudanças no perfil educacional, assim como mudanças na oferta de trabalho por mulheres mais velhas e mulheres cônjuges são fatores

Ao analisar o perfil da mulher que participa do mercado de trabalho brasileiro, o trabalho de Sedlacek e Santos (1990) é relevante, já que os autores abordam especificamente os fatores que levam às mulheres casadas a fazerem parte da força de trabalho. A partir de um modelo probit, eles demonstram que ter alto grau de instrução educacional, estar situada entre 20 e 29 anos e ter filhos

[1] Os autores definem como coorte um conjunto composto por indivíduos que nasceram na mesma época. No caso do trabalho referência, os autores utilizam de maneira arbitrária indivíduos nascidos em intervalos de 5 anos.

mais velhos são características que estão fortemente correlacionadas com a decisão da mulher cônjuge de estar no mercado de trabalho. Além disso, os autores revelam que as mulheres cônjuges situadas nas faixas mais ricas, de acordo com a renda do marido, e mais pobres, também de acordo com a renda do marido, possuem as maiores taxas de participação. Enquanto as mulheres situadas nas faixas de renda média têm menor participação. Apesar de o trabalho não levar em consideração a redução no nível de bem-estar familiar associado com a intensificação da mulher no mercado de trabalho, eles concluem que a mulher desempenha papel importante como estratégia na recuperação da renda familiar, sendo a renda da mulher um complemento da renda familiar.

Ao tratar da remuneração da mulher, alguns estudos buscam explicar os fatores que mais influenciam os retornos do trabalho feminino. De acordo com Maciel et al. (2001), a educação foi apontada como um dos fatores que mais impacta as taxas de participação feminina no mercado. Por isso, os autores tentaram avaliar a relação entre salário e educação através do retorno em educação no salário das trabalhadoras brasileiras. Os resultados mostraram que o retorno salarial para as mulheres que possuem maior nível de escolaridade aumentou. No entanto, em relação às mulheres com poucos anos de estudo ocorreu um decréscimo. Além disso, os autores apresentam que nos quantis inferiores da distribuição, o retorno da educação diminuiu com o aumento da experiência no trabalho, ou seja, para as mulheres com o mesmo nível de escolaridade à medida que a experiência no trabalho aumentava, diminuía a influência da educação no salário. Porém, nos quantis mais elevados o retorno em educação cresceu no mesmo sentido do aumento da educação e da experiência.

Diferentemente de Maciel et al. (2001), Soares (2000) aborda o tema sobre os salários no mercado de trabalho adotando uma análise sobre o perfil de discriminação entre o grupo padrão de “homens brancos” e “homens negros”, “mulheres brancas” e “mulheres negras”. No estudo, o autor considera que o diferencial de rendimentos pode advir de, pelo menos, três causas: qualificações diferentes, inserções no mercado de trabalho diferentes ou um salário puro. O autor utiliza uma metodologia conhecida com decomposição de *Oaxaca Blinder* para distribuição de renda. Em todas as comparações feitas por Soares (2000), utilizando também dados da PNAD, as mulheres, independentemente, da “cor”, recebem menos do que os homens e, nas comparações dentro do mesmo sexo, as mulheres negras recebem menos do que as mulheres brancas. A partir dos resultados obtidos, conclui-se que, em comparação com o grupo padrão de “homens brancos”, o diferencial salarial das mulheres brancas se deve a um diferencial salarial puro. Já as mulheres negras sofrem diferenciais de salário puro das mulheres brancas e dos homens no geral, mais um diferencial devido à inserção juntamente com um diferencial advindo da qualificação.

4 METODOLOGIA

Esta seção aborda a metodologia deste trabalho. A primeira subseção apresenta detalhes sobre a base de dados e a escolha das variáveis utilizadas no modelo proposto. Já a segunda subseção aborda o método de estimação utilizado para averiguar quais as variáveis exercem, de fato, influência sobre o salário das mulheres no mercado de trabalho em Minas Gerais.

4.1 Base de dados e as variáveis

A base de dados utilizada neste estudo é o Censo 2010. A escolha do Censo em detrimento da PNAD ocorreu devido ao maior número de observações obtidas pelo Censo para as mesorregiões de Minas Gerais e pela sua representatividade amostral por região de planejamento.

Para este estudo, é considerado somente o estado de Minas Gerais, em uma análise *cross-section*. Os indivíduos foram filtrados por sexo, sendo utilizadas somente observações femininas devido ao objetivo deste trabalho. Além disso, são considerados somente mulheres acima dos 18 anos, visto

que estas têm maior probabilidade de estarem no mercado de trabalho. Após os filtros realizados, foram obtidas 402.178 observações dividas em 12 mesorregiões, como apresentado na tabela 1:

Tabela 1- Distribuição das observações por Região de Planejamento

	Mesorregião	Nº de obs.	%
1	Campo das vertentes	8068	2,01%
2	Central Mineira	29424	7,32%
3	Jequitinhonha	13115	3,26%
4	Metropolitana de Belo Horizonte	7266	1,81%
5	Noroeste de Minas	43432	10,80%
6	Norte de Minas	10758	2,67%
7	Oeste de Minas	101021	25,12%
8	Sul e Sudoeste de Minas	34153	8,49%
9	Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	24342	6,05%
10	Vale do Mucuri	66989	16,66%
11	Vale do Rio Doce	13269	3,30%
12	Zona da Mata	50341	12,52%
	Total	402178	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo 2010

As variáveis escolhidas estão descritas na tabela 2, juntamente com suas respectivas descrições.

Tabela 2 –Variáveis utilizadas

Variável	Descrição
log_rendpc	Logaritmo da renda per capta mensal
idade	Idade do indivíduo
cor	*Dummy* para cor ou raça, 1 se o indivíduo se declara branco e 0 para as demais classificações.
idade²	Idade ao quadrado, para testar a não linearidade
tot_filhos	Número de filhos
horaspr	Horas trabalhadas por semana
cia_conj	*Dummy, 1* se vive com o cônjuge e 0 para as demais classificações

instr	*Dummy* para nível de instrução, 1 se possui ensino superior completo e 0 para os demais níveis de instrução

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo 2010

A variável dependente é o logaritmo da renda per capta, log_rendpc. As demais variáveis são os componentes explicativos do modelo.Dessa forma, o modelo a ser estimado tem a seguinte especificação:

$$\log_rendpc = \beta_0 + \beta_1 idade_i + \beta_2 cor_i + \beta_3\, idade2_i + \beta_4\, tot_{filhos_i} + \beta_5 horaspr_i + \beta_6 cia_{conj\ i} + \beta_7 instr_i + \varepsilon \quad (1)$$

Onde ε é o termo de erro aleatório.

Sabe-se que há um diferencial significativo entre o rendimento das ocupações entre as diversas mesorregiões do estado de Minas Gerais, o que gera uma grande heterogeneidade na amostra a ser estudada. Nesse sentido, utiliza-se neste artigo o modelo de regressão quantílica, seguindo o trabalho de Maciel et al. (2001), que utiliza o mesmo método para estimar o retorno da educação sobre os salários das mulheres.

O método de estimação por regressão quantílica foi introduzido por Koenker e Bassett (1978). Segundo os autores, o método é considerado uma extensão do modelo clássico de estimação por mínimos quadrados ordinários (MQO). No entanto, a regressão quantílica fornece uma visualização mais completa da distribuição da variável dependente condicionada a um conjunto de regressores do que o método de MQO, que visa estimar somente a media condicional entre as variáveis.

Koenker e Basset (1978) desenvolveram a técnica da regressão quantílica permitindo estimar não só a mediana, no caso das regressões lineares, mas também outros quantis da distribuição da distribuição variável dependente. Os parâmetros estimados pelo método da regressão quantílica são obtidos pela solução de um problema de minimização. Para o caso linear, (yt = Xtβ + ε t), em que a variável dependente, Y, é um vetor nx1 de variáveis aleatórias; X é uma matriz n x k de variáveis explicativas; β é um vetor k x 1 de coeficientes de regressão; e ε é um vetor n x 1 de erros, o problema de minimização assume a seguinte forma:

$$min\, n^{-1}\left(\sum_{t\in\{t:y_t\geq x_t\beta\}}\theta|y_t - x_t\beta| + \sum_{t\in\{t:y_t<x_t\beta\}}(1-\theta)|y_t - x_t\beta|\right) = min\, n^{-1}\sum_{i=1}^{n}\rho_\theta(y_t - x_t\beta) \quad (2)$$

Onde ρ é a função "*check*" definida por:

$$\rho_\theta(u) = \begin{cases} \theta\, u, & u \geq 0 \\ (\theta-1)u, & u < 0 \end{cases} \quad (3)$$

O modelo especifica a função quantil condicional da variável dependente Y, dada a matriz de regressores X como:

$$Q_Y(\theta|X) = X\beta(\theta) \qquad \theta \in [0,1] \quad (4)$$

Muitos autores têm ressaltado as vantagens da estimação por regressão quantílica, dentre eles Buchinsky (1997). O autor apresenta que os modelos podem ser usados para caracterizar toda a distribuição condicional de uma variável resposta dado um conjunto de regressores; o modelo tem uma representação na forma de programação linear que facilita a estimação dos parâmetros; a função objetivo da regressão quantílica é uma soma ponderada de desvios absolutos, produzindo uma medida de locação robusta, de modo que os coeficientes estimados não são sensíveis as variações extremas da variável dependente, os "*outliers*", quando os erros não seguem uma distribuição gaussiana, os coeficientes estimados da regressão quantílica podem ser mais eficientes do que os de MQO.

5 ANÁLISE DE DADOS

De acordo com o IBGE, a divisão do estado em mesorregiões leva em conta os seguintes critérios: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Além disso, a divisão em mesorregiões tem como objetivo facilitar a elaboração de políticas públicas mais eficazes, subsidiar o sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas sociais e tributárias, subsidiar o planejamento de estudos e identificar as estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais. Diante disso, as 12 mesorregiões de Minas Gerais podem ser representadas pelo mapa abaixo:

Mapa 1- Mesorregiões de Minas Gerais

1-Campo das Vertentes
2-Central Mineira
3-Jequitinhonha
4-Metropolitana de Belo Horizonte
5-Noroeste de Minas
6-Norte de Minas
7-Oeste de Minas
8-Sul e Sudoeste de Minas
9-Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba
10-Vale do Mucuri
11-Vale do Rio Doce
12-Zona da Mata

Fonte: IGA - Instituto de Geociências Aplicadas

5.1 Campo das Vertentes

A mesorregião Campo das Vertentes está localizada mais ao sul de Minas Gerais, abrangendo 36 municípios divididos em três microrregiões: Barbacena, Lavras e São João Del Rei. De acordo com o IBGE, a população estimada em 2006 era de aproximadamente 546.000 habitantes.

Segundo a Fundação João Pinheiro,em 2011 a taxa de participação feminina no mercado de trabalho da mesorregião foi de 41,3%, levando em consideração mulheres acima de 10 anos de idade.

No Censo 2010, a mesorregião do Campo das Vertentes obteve 8068 observações, de acordo com os parâmetros utilizados para este trabalho, de mulheres acima dos 18 anos, representando 2,01% da amostra total do estado.

Analisando os dados da amostra, na data da realização do Censo 2010, o salário mínimo era de R$510,00, quinhentos e dez reais. Os resultados indicam que mais de 90% da amostra recebia

menos do que cinco salários mínimos, enquanto menos de 1% recebia mais do que dez salários mínimos. Além disso, rendimento médio da mesorregião foi de R$723,25, setecentos e vinte três reais e vinte cinco centavos. Os dados podem estar relacionado ao fato da região ter uma economia basicamente dedicada a agricultura e pecuária de pequeno e médio porte.

A escolaridade da população é um fator importante que deve ser levado em consideração quando se analisa o mercado de trabalho. O nível de instrução não apenas garante a obtenção de emprego, mas, melhores condições e salários (BORJAS, 1996; LAM; 1999). Diante disso, a tabela 4 mostra que mais de 86% das mulheres na mesorregião do Campo das Vertentes não possui ensino superior completo. Sendo que mais de 33% não chegaram a completar o ensino fundamental.

Os dados corroboram para confirmar a teoria de que quanto maior o nível de escolaridade maior são os retornos salariais esperados. Assim, o fato de mais de 52% das mulheres possuírem menos que o ensino médio completo condiz com a maior parte destas receberem menos do que 5 salários mínimos.

5.2 Central Mineira

A mesorregião Central Mineira é composta por 30 municípios, agrupados em 3 microrregiões: Bom Despacho, Curvelo e Três Marias. De acordo com o IBGE, a população em 2006 estava estimada em 466.521 habitantes divididos na zona rural e urbana. A economia da região é centrada na agropecuária, na indústria têxtil e na extração de diamantes. Além disto, possui elevada produção de carvão destinada à siderurgia.

No Censo 2010, a mesorregião do Campo das Vertentes obteve 29424 observações, de acordo com os parâmetros utilizados para este trabalho, de mulheres acima dos 18 anos, representando 7,32% da amostra total do estado.

Os dados indicam que mais de 97% das mulheres da amostra ganham menos do que 5 salários mínimos. Além disso, o salário médio da amostra é de R$608,55, seiscentos e oito reais e cinquenta e cinco centavos.

Em relação ao nível de instrução, é possível notar certa similaridade com a mesorregião Campo das Vertentes. Mais de 33% das mulheres da amostra não completaram o ensino fundamental e apenas 16,94% completaram o ensino superior.

5.3 Jequitinhonha

A mesorregião Jequitinhonha está localizada mais ao norte do estado de Minas Gerais, fazendo divisa com a Bahia. Abrange 51 municípios distribuídos em 5 microrregiões: Almenara, Araçuai, Capelinha, Diamantina e Pedra Azul. De acordo com o governo de Minas Gerais, é uma das mesorregiões mais pobres do estado, com a economia voltada para a fruticultura e psicultura, além de extração de gemas e pedras. Segundo o IBGE, a população em 2010 estava estimada em 981.121 habitantes.

No Censo 2010, a mesorregião Jequitinhonha obteve 13115 observações, de acordo com os parâmetros utilizados para este trabalho, de mulheres acima dos 18 anos, representando 3,26% da amostra total do estado.

Ao analisar o rendimento das mulheres da amostra, obtém-se uma remuneração média mensal de R$557,09, representando a menor remuneração média dentre as mesorregiões analisadas neste estudo. Os dados são condizentes com o fato de a região ser considerada a mais pobre do estado. 98,76% das mulheres da amostra recebiam menos do que 5 salários mínimos e apenas 0,25% recebiam mais do que 10 salários mínimos.

Já em relação ao nível de instrução, a maior parte das mulheres não havia terminado o ensino fundamental, representando mais de 40% da amostra. No caso do ensino superior, apenas 15,37% das mulheres o completaram. Os dados reforçam ainda mais o baixo nível de instrução das mulheres no estado e alertam para o fato de serem necessários maiores investimentos na área da educação para estas regiões.

5.4 Metropolitana de Belo Horizonte

A mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte é considerada a mais rica e a mais populosa de Minas Gerais. De acordo com o Banco Central do Brasil, a mesorregião foi responsável por 45% do PIB do estado no ano de 2010, produzindo aproximadamente R$158.207.000,00. A região concentra o polo industrial de Minas Gerais, além de concentrar a maior parte da administração pública do estado.

Ademais, a mesorregião compreende 105 municípios, dentre eles a capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, e está dividida em oito microrregiões: Belo Horizonte, Conceição do Mato Dentro, Conselheiro Lafaiete, Itabira, Itaguara, Ouro Preto, Pará de Minas e Sete Lagoas.

No Censo 2010, a mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte obteve 7266 observações de acordo com os parâmetros utilizados para este trabalho, de mulheres acima dos 18 anos, representando 1,81% da amostra total do estado.

Apesar de ser a mesorregião mais rica de Minas Gerais, os dados indicam, que assim como nas demais regiões, grande parte das mulheres analisadas ganham menos do que 5 salários mínimos. Além disso, a remuneração média da amostra é de R$624,66.

Da mesma forma que a distribuição de renda, o nível educacional das mulheres da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte se assemelha com as outras regiões analisadas. A maior parcela não completou o ensino fundamental, porém mais mulheres possuem o ensino médio completo do que em regiões consideradas mais pobres, como a mesorregião Jequitinhonha.

5.5 Noroeste de Minas

A mesorregião Noroeste de Minas foi a região que teve maior crescimento do PIB entre os anos de 2006 a 2010, registrando um avanço de 1,3%, de acordo com o Banco Central do Brasil. Apesar deste crescimento, as mulheres ainda possuem menor participação no mercado de trabalho da região do que os homens. Segundo a Fundação João Pinheiro a taxa de participação feminina em 2011 foi de 34,3%.

No Censo 2010, a mesorregião obteve 43432 observações, de acordo com os parâmetros utilizados para este trabalho, de mulheres acima dos 18 anos, representando 10,80% da amostra total do estado.

Ao analisar a distribuição de renda feminina do Noroeste de Minas em número de salários mínimos, a maioria das mulheres recebem menos de 5 salários mínimos, com maior concentração na classe das que ganham entre 1 e 5 salários. Os dados indicam que apesar da mesorregião apresentar um alto crescimento em comparação às demais, a distribuição de renda entre as mulheres se assemelha ao de mesorregiões mais pobres como o Jequitinhonha.

Em relação ao nível de escolaridade da mesorregião, a tabela 12 indica que a maioria das mulheres são sem instrução ou não chegaram a completar o ensino médio e a menor parcela completou o ensino superior. Os dados corroboram para confirmar a teoria de que quanto maior o nível de escolaridade maior são os retornos salariais esperados. Assim, o fato de mais de 50% das mulheres possuírem menos que o ensino médio completo condiz com a maior parte destas receberem menos do que 5 salários mínimos.

5.6 Norte de Minas

A mesorregião Norte de Minas compreende 89 municípios divididos entre 7 microrregiões: Bocaiuva, Grão Mongol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas. De acordo com o IBGE, a população estimada em 2010 era de 1.614.971 de habitantes.

Segundo o Banco Central, a região possui o sexto maior PIB entre as mesorregiões do estado de Minas Gerais, tendo como principais atividades econômicas um parque industrial com empresas multinacionais, além de atividades agropecuárias. No entanto a região é considerada pelo governo do estado como uma das mais pobres e com maior desigualdade social.

Em relação a mulher, estatísticas da Fundação João Pinheiro revelam que o Norte de Minas foi a terceira mesorregião com a menor taxa de participação feminina no mercado de trabalho, 34,4%, ficando atrás somente do Jequitinhonha e do Vale do Rio Doce.

No Censo 2010, a mesorregião Norte de Minas obteve 10758 observações, de acordo com os parâmetros utilizados para este trabalho, de mulheres acima dos 18 anos, representando 2,87% da amostra total do estado.

Mais de 97¨% das mulheres da amostra recebem menos do que 5 salários mínimos mensais e apenas 0,48% recebendo mais do que 10 salários. Dessa forma, os dados evidenciam a concentração das mulheres nas classes que possuem os menores salários e refletem o fato do Norte de Minas ser considerado uma das regiões mais pobres do estado.

Assim como na remuneração, as mulheres do Norte de Minas estão concentradas nos níveis mais baixos de escolaridade, 37,45% não completaram o ensino fundamental e apenas 15,68% finalizaram o ensino superior, representando o menor valor dentre as mesorregiões analisadas neste trabalho.

5.7 Oeste de Minas

A mesorregião Oeste de Minas contempla 44 municípios divididos em 5 microrregiões: Campo Belo, Divinópolis, Formiga,Oliveira e Piumhi. De acordo com o Banco Central, em 2010 a região obteve um PIB de aproximadamente R$13.187.000,00. A economia da região é focada na indústria calçadista e também é considerada importante polo têxtil do estado.

Segundo a Fundação João Pinheiro na PAD 2011, as mulheres tinham uma taxa de participação de 42,9% no mercado de trabalho da região, grande parte estando empregada na indústria calçadista.

No Censo 2010, a mesorregião obteve 101021 observações, de acordo com os parâmetros utilizados para este trabalho, de mulheres acima dos 18 anos, representando 25,12% da amostra total do estado.

De acordo com a distribuição de renda das mulheres da amostra, em número de salários mínimos no valor referente ao período de realização do Censo 2010, bem como na maioria das demais mesorregiões, o rendimento mensal feminino ficou abaixo de 5 salários mínimos para mais de 93% da amostra analisada. Além disso, o salário médio foi de R$986,51, representando o maior salário médio dentre todas as mesorregiões de Minas Gerais.

Ao analisar o nível educacional, ao contrário das outras mesorregiões, no Oeste de Minas a maior parcela da mulheres haviam o ensino médio completo ou o superior incompleto, 36,18%. Além disso, a parcela das mulheres que possuem do ensino médio completo para cima representa mais de 52% da amostra.

5.8 Sul e Sudeste de Minas

A mesorregião Sul e Sudoeste é a terceira mais rica de Minas Gerais, de acordo com o Banco Central do Brasil. Compreende 146 municípios divididos em 10 microrregiões: Alfenas, Andrelândia, Itajubá, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso e Varginha.

A economia da região, segundo a Fundação João Pinheiro, é basicamente agrícola e focada na produção de café, o principal produto da pauta agrícola estadual, que respondeu por mais de 50% da produção nacional de café.

Em relação ao mercado de trabalho a taxa de atividade do sexo feminino em 2011 era de 42,5% e do sexo masculino era de 67,0% no ano de 2011, de acordo com dados da Fundação João Pinheiro.

No Censo 2010, a mesorregião obteve 34153 observações, de acordo com os parâmetros utilizados para este trabalho, de mulheres acima dos 18 anos, representando 8,49% da amostra total do estado.

Ao analisar a distribuição de renda das mulheres em número de salários mínimo, mais de 90% da amostra recebe menos de 5 salários mínimos e a maior parcela, 63,50%, recebe entre um e cinco salários mínimos. Os dados indicam que apesar da mesorregião ser considerada uma das mais ricas de Minas Gerais, o perfil salarial das mulheres se assemelha com o de mulheres de mesorregiões consideradas mais pobres.

Em relação ao nível educacional,anota-se que os níveis de escolaridade do Sul e do Sudoeste de Minas também se assemelham com os das demais regiões. A maior parcela das mulheres analisadas possuíam menos do que o ensino fundamental completo, 36,29%. Já a segunda maior parte, 31,97% possuía o ensino médio completo ou o superior incompleto. Por fim, apenas 15,77% terminaram o ensino superior.

5.9 Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

A mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é considerada a segunda mais rica do estado, atrás apenas da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. De acordo com o Banco Central do Brasil, em 2010, a região dói responsável por 15% do PIB do estado, em um valor estimado em mais de R$ 52.693.000,00.

A economia da região é baseada na agropecuária, com destaque para a produção de cana de açúcar, que é o segundo principal produto da pauta agrícola estadual. De acordo com a Fundação João Pinheiro, em 2010 Minas Gerais era o segundo maior produtor de cana de açúcar, atrás somente do Paraná.

Em relação à demografia, de acordo com o IBGE a população do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba está estimada em 2.185.979 de habitantes. Dentro do mercado de trabalho, a taxa de participação feminina em 2011 era de 41,8%, segundo a Fundação João Pinheiro, na PAD 2011.

No Censo 2010, a mesorregião obteve 24342 observações, de acordo com os parâmetros utilizados para este trabalho, de mulheres acima dos 18 anos, representando 6,05% da amostra total do estado.

Ao analisar a distribuição de renda das mulheres da amostra, em número de salários mínimos, percebe-se que assim como nas demais mesorregiões, mais de 90% das mulheres ganham menos do que cinco salários e no caso do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba nota-se uma grande concentração na faixa entre 1 e 5 salários mínimos, 76,67%. Novamente, os dados indicam para o baixo nível de remuneração das mulheres em Minas Gerais.

Em relação ao grau de escolaridade, mais de 53% das mulheres da amostra não haviam completado o ensino médio e apenas 14,79% finalizou o ensino superior. Os dados apontam um baixo nível de escolaridade que pode estar sendo refletido no rendimento feminino.

5.10 Vale do Mucuri

A mesorregião Vale do Mucuri abrange 23 municípios divididos em duas microrregiões: Nanuque e Teófilo Otoni. De acordo com o IBGE, a população é estimada em 370.203 de habitantes.

A economia da região é voltada para a extração de pedras preciosas, além da agropecuária. Segundo o Banco Central do Brasil é a mesorregião com menor participação no PIB de Minas Gerais, sendo responsável por apenas 0,9% do PIB do estado em 2010.

Em relação a mulher no mercado de trabalho, a taxa de participação feminina no Vele do Mucuri é a menor do estado junto com a mesorregião Jequitinhonha, 29,7% em 2011, de acordo com a Fundação João Pinheiro.

No Censo 2010, a mesorregião obteve 66989 observações, de acordo com os parâmetros utilizados para este trabalho, de mulheres acima dos 18 anos, representando 16,66% da amostra total do estado.

Assim, como nas outras mesorregiões de Minas Gerais, mais de 90% das mulheres do Vale do Mucuri recebem menos do que 5 salários mínimos, com uma concentração maior de mulheres que ganham na faixa de um a cinco salários, correspondendo a 72,75% da amostra total. Além disso, a média salarial da amostra é de R$769,75. Os dados reforçam que apesar das 12 mesorregiões serem economicamente e demograficamente diferentes o perfil salarial das mulheres varia pouco entre as mesorregiões.

Em relação ao nível de escolaridade, a distribuição das mulheres do Vale do Mucuri também não se diferencia do das demais mesorregiões. 39,30% das mulheres da amostra não completaram o ensino fundamental, seguidas de 29,16% possuindo o ensino médio ou o superior incompleto e apenas 15,18% completaram o ensino superior. Os dados reforçam os indícios do baixo nível de instrução das mulheres em Minas Gerais que pode estar sendo refletido no rendimento das mesmas.

5.11 Vale do Rio Doce

A mesorregião Vale do Rio Doce está localizada ao leste de Minas Gerais, fazendo divisa com o Espírito Santo. Compreende 102 municípios agrupados em 7 microrregiões: Aimorés, Caratinga, Governador Valadares, Guanhães, Ipatinga, Mantena e Peçanha.

De acordo com o Banco Central do Brasil é a quarta mesorregião com maior PIB em Minas Gerais. Em 2010, o Vale do Rio Doce teve participação de 6,0% no PIB do estado. As principais atividades econômicas da região são o garimpo e a extração de minério. Além disso, a mesorregião abriga uma das mais importantes linhas ferroviárias do Brasil, a Vitória-Minas, atualmente controlada pela companhia Vale.

Em relação ao mercado de trabalho, a taxa de atividade feminina é considerada a segunda menor do estado, 31,1%, enquanto a taxa masculina atingiu 57,3% em 2011, segundo dados da Fundação João Pinheiro.

No Censo 2010, o Vale do Rio Doce obteve 13269 observações, de acordo com os parâmetros utilizados para este trabalho, de mulheres acima dos 18 anos, representando 3,30% da amostra total do estado.

Ao analisar a distribuição de renda em número de salários mínimos entre as mulheres, a maior parte recebe entre 1 e 5 salários mínimos, representando 67,62% da amostra. Além disso, apenas 0,93%

das mulheres analisadas recebem mais do que 10 salários mínimos. Os dados indicam que apesar das diferenças entre as mesorregiões, a distribuição salarial das mulheres se assemelha em todo o estado.

Assim como a distribuição de renda, o nível de escolaridade da amostra do Vale do Rio Doce se aproxima do das demais mesorregiões. A maioria das mulheres ou não haviam terminado o ensino fundamental, 35,12%, ou haviam terminado ensino médio com ensino superior incompleto, 33,45%. No caso, do Vale do Rio Doce a menor parcela estava na classe do ensino fundamental completo e ensino médio incompleto, 14,19%. Dessa forma, os dados apontam novamente para o baixo nível de escolaridade que pode estar refletindo na baixa remuneração das mulheres no mercado de trabalho.

5.12 Zona da Mata

A mesorregião Zona da Mata está localizada a sudeste de Minas Gerais, abrange 142 municípios divididos em sete microrregiões: Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá, Viçosa. De acordo com o IBGE, a população está estimada em 2.175.254 de habitantes.

Segundo o Banco Central a mesorregião possui o terceiro maior PIB do estado, tendo registrado o valor de aproximadamente R$ 25.629.000,00 em 2010, representando 7,3% do PIB total do estado. Além disso, as principais atividades econômicas da Zona da Mata são a agropecuária e o setor industrial, com importantes indústrias do setor metalúrgico e têxtil.

Em relação à mulher no mercado de trabalho, a taxa de participação feminina na Zona da Mata registrou 29,7% no ano 2011, de acordo com dados da Fundação João Pinheiro.

No Censo 2010, a mesorregião obteve 50341 observações, de acordo com os parâmetros utilizados para este trabalho, de mulheres acima dos 18 anos, representando 12,52% da amostra total do estado.

Em relação à distribuição de renda entre as mulheres da amostra da Zona da Mata, em número de salários mínimos de 2010, mais de 90% das observações recebiam menos do que 5 salários mínimos, com um maior contingente na classe das que ganham entre um e cinco salários, 64,79%. Além disso, apenas 0,61% das mulheres recebem mais do que dez salários. Os dados evidenciam ainda mais a semelhança entre a remuneração das mulheres nas diferentes mesorregiões do estado, apesar das grandes diferenças econômicas e demográficas.

Por fim, ao analisar o nível educacional das mulheres da Zona da Mata, a tabela 26 mostra que assim como nas demais mesorregiões, a maior parte da amostra não finalizou o ensino médio e apenas 15,74% concluíram o ensino superior.

Após analisar alguns dados de todas as mesorregiões, ficou evidente o baixo nível de remuneração das mulheres em todo o estado de Minas Gerais, mesmo em mesorregiões mais desenvolvidas com a Metropolitana de Belo Horizonte. Com isso, torna-se importante compreender quais e como as variáveis social e demográficas impactam sobre a remuneração feminina. Os resultados deste estudo estão apresentados na próxima seção.

6 RESULTADOS

Nesta seção são apresentadas as análises dos resultados das regressões quantílicas para quatro quantis (0,25; 0,50; 0,75; 0,90), que visam explicar quais e como determinadas varáveis impactam a remuneração feminina nas mesorregiões de Minas Gerais. As tabelas 3 a 14 mostram os resultados das estimações.

Tabela 3 – Resultados da mesorregião Campo das Vertentes

	Quantil da distribuição			
	0,25	**0,5**	**0,75**	**0,9**
constante	-3,7685***	-4,6475***	-4,3322***	-3,9958***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade	0,5983***	0,0502***	0,0471***	0,0428***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cor	-0,2614***	-0,0244***	-0,0414***	-0,0646***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade²	-0,0006***	-0,0004***	-0,0003***	-0,0002**
	0,000	0,000	0,000	-0,003
tot_filhos	-0,0491***	-0,0258***	-0,0304***	-0,0438***
	0,000	0,000	0,000	0,000
horaspr	0,0151***	0,0102***	0,0097***	0,0099***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cia_conj	-0,0332**	-0,0270**	-0,0511***	-0,0755***
	-0,008	-0,002	0	0
instr	0,3102***	0,2995***	0,2975***	0,3634***
	0,000	0,000	0,000	0,000

Nota: * Significativo a 10%; **Significativo a 5%; *** Significativo a 1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do Stata

Tabela 4 – Resultados da mesorregião Central Mineira

	Quantil da distribuição			
	0,25	**0,5**	**0,75**	**0,9**
constante	-7,3776***	-6,1079***	-5,7483***	-5,3691***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade	0,0640***	0,0329***	0,0443***	0,0348***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cor	-0,0311***	-0,0268***	-0,0389***	-0,0527***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade²	-0,0006***	-0,0001***	-0,0003***	-0,0002***
	0,000	0,000	0,000	0,000
tot_filhos	-0,0389***	-0,0293***	-0,0164***	-0,0304***
	0,000	0,000	0,000	0,000
horaspr	0,0137***	0,0117***	0,0091***	0,0097***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cia_conj	-0,0614***	-0,0413***	-0,0541***	-0,0687***
	0,000	0,000	0,000	0,000
instr	0,4642***	0,3500***	0,3217***	0,3969***
	0,000	0,000	0,000	0,000

Nota: * Significativo a 10%; **Significativo a 5%; *** Significativo a 1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do Stata

Tabela 5 – Resultados da mesorregião Jequitinhonha

	Quantil da distribuição			
	0,25	**0,5**	**0,75**	**0,9**
constante	-6,7665***	-5,5015***	-4,9015***	-4,5042***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade	0,0748***	0,0435***	0,0422***	0,0349***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cor	-0,0281***	-0,0261***	-0,0373***	-0,0612***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade²	-0,0007***	-0,0003***	-0,0003***	-0,0002***
	0,000	0,000	0,000	0,000
tot_filhos	-0,0460***	-0,0395***	-0,0215***	-0,0221***
	0,000	0,000	0,000	0,000
horaspr	0,0126***	0,0114***	0,0091***	0,0098***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cia_conj	-0,0329***	-0,0263***	-0,3001***	-0,0271***
	-0,004	-0,003	0,000	-0,026
instr	0,4564***	0,3490***	0,3001***	0,3507***
	0,000	0,000	0,000	0,000

Nota: * Significativo a 10%; **Significativo a 5%; *** Significativo a 1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do Stata

Tabela 6 – Resultados da mesorregião Metropolitana de BH

	Quantil da distribuição			
	0,25	**0,5**	**0,75**	**0,9**
constante	-5,8076***	-4,8979***	-4,6365***	-4,4567***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade	0,0372***	0,0263***	0,0359***	0,0324***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cor	-0,0284**	-0,0314***	-0,0445***	-0,0654***
	-0,001	0,000	0,000	0,000
idade²	-0,0002***	-0,0001*	-0,0002***	-0,0001*
	0,000	-0,010	0,000	-0,044
tot_filhos	-0,0731***	-0,0597***	-0,0345***	-0,0491***
	0,000	0,000	0,000	0,000
horaspr	0,0132***	0,0094***	0,0069***	0,0063***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cia_conj	-0,0715***	-0,0499***	-0,0637***	-0,0642***
	0,000	0,000	0,000	-0,001
instr	0,4211***	0,3188***	0,3309***	0,3862***
	0,000	0,000	0,000	0,000

Nota: * Significativo a 10%; **Significativo a 5%; *** Significativo a 1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do Stata

Tabela 7 – Resultados da mesorregião Noroeste de Minas

	Quantil da distribuição			
	0,25	**0,5**	**0,75**	**0,9**
constante	-5,9730***	-5,7337***	-5,6719***	-5,4369***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade	0,0336***	0,0341***	0,0345***	0,0309***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cor	-0,0175***	-0,0206***	-0,0376***	-0,0497***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade²	-0,0003***	-0,0003***	-0,0002***	-0,0001***
	0,000	0,000	0,000	0,000
tot_filhos	-0,0225***	-0,0122***	-0,0164***	-0,0217***
	0,000	0,000	0,000	0,000
horaspr	0,0106***	0,0076***	0,0086***	0,0097***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cia_conj	-0,0124***	-0,0323***	-0,0536***	-0,0781***
	-0,002	0,000	0,000	0,000
instr	0,1937***	0,2465***	0,3365***	0,4021***
	0,000	0,000	0,000	0,000

Nota: * Significativo a 10%; **Significativo a 5%; *** Significativo a 1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do Stata

Tabela 8– Resultados da mesorregião Norte de Minas

	Quantil da distribuição			
	0,25	**0,5**	**0,75**	**0,9**
constante	-5,0131***	-4,5310***	-4,2228***	-4,0062***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade	0,0334***	0,0351***	0,0267***	0,0197***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cor	-0,0313***	-0,0239***	-0,0248***	-0,0421***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade²	-0,0003***	-0,0003***	-0,0002***	-0,00004
	0,000	0,000	0,000	-0,411
tot_filhos	-0,0344***	-0,0139***	-0,0101*	-0,0197*
	0,000	0,000	-0,034	-0,018
horaspr	0,0140**	0,0097***	0,0085***	0,0096***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cia_conj	-0,0333***	-0,0277***	-0,0492***	-0,0659***
	0,000	0,000	0,000	0,000
instr	0,2698***	0,2113***	0,2905***	0,3761***
	0,000	0,000	0,000	0,000

Nota: * Significativo a 10%; **Significativo a 5%; *** Significativo a 1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do Stata

Tabela 9– Resultados da mesorregião Oeste de Minas

	Quantil da distribuição			
	0,25	**0,5**	**0,75**	**0,9**
constante	-4,4935***	-4,4571***	-4,3697***	-4,2829***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade	0,0323***	0,0401***	0,0444***	0,0518***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cor	-0,0321***	-0,0431***	-0,0714***	-0,0875***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade²	-0,0002***	-0,0003***	-0,0003***	-0,0003***
	0,000	0,000	0,000	0,000
tot_filhos	-0,0363***	-0,0231***	-0,0351***	-0,0434***
	0,000	0,000	0,000	0,000
horaspr	0,0097***	0,0071***	0,0069***	0,0071***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cia_conj	-0,0184***	-0,0333***	-0,0598***	-0,0734***
	0,000	0,000	0,000	0,000
instr	0,2045***	0,2902***	0,4026***	0,4791***
	0,000	0,000	0,000	0,000

Nota: * Significativo a 10%; **Significativo a 5%; *** Significativo a 1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do Stata

Tabela 10– Resultados da mesorregião Sul e Sudoeste de Minas

	Quantil da distribuição			
	0,25	**0,5**	**0,75**	**0,9**
constante	-6,4528***	-5,8601***	-5,6019***	-5,2731***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade	0,0367***	0,0361***	0,0369***	0,0326***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cor	-0,0291***	-0,0279***	-0,0396***	-0,0615***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade²	-0,0003***	-0,0002***	-0,0002***	-0,0002***
	0,000	0,000	0,000	0,000
tot_filhos	-0,0407***	-0,0276***	-0,0245***	-0,0394***
	0,000	0,000	0,000	0,000
horaspr	0,0147***	0,0113***	0,0087***	0,0088***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cia_conj	-0,0403***	-0,0453***	-0,0527***	-0,0810***
	0,000	0,000	0,000	0,000
instr	0,3390***	0,2688***	0,3381***	0,4138***
	0,000	0,000	0,000	0,000

Nota: * Significativo a 10%; **Significativo a 5%; *** Significativo a 1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do Stata

Tabela 11– Resultados da mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

	Quantil da distribuição			
	0,25	**0,5**	**0,75**	**0,9**
constante	-5,2419***	-4,9675***	-4,8116***	-4,8261***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade	0,0286***	0,0283***	0,0269***	0,0331***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cor	-0,0115***	-0,0093***	-0,0257***	-0,0358***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade²	-0,0003***	-0,0002***	-0,0002***	-0,0002***
	0,000	0,000	0,000	0,000
tot_filhos	-0,0262***	-0,0101***	-0,0206***	-0,0268***
	0,000	0,000	0,000	0,000
horaspr	0,0127***	0,0073***	0,0083***	0,0099***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cia_conj	-0,0348***	-0,0341***	-0,0634***	-0,0859***
	0,000	0,000	0,000	0,000
instr	0,1525***	0,2071***	0,2817***	0,3596***
	0,000	0,000	0,000	0,000

Nota: * Significativo a 10%; **Significativo a 5%; *** Significativo a 1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do Stata

Tabela 12– Resultados da mesorregião Vale do Mucuri

	Quantil da distribuição			
	0,25	**0,5**	**0,75**	**0,9**
constante	-6,5901***	-6,2435***	-6,1350***	-6,0272***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade	0,0319***	0,0351***	0,0343***	0,0343***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cor	-0,0152***	-0,0146***	-0,0274***	-0,0433***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade²	-0,0003***	-0,0003***	-0,0002***	-0,0002***
	0,000	0,000	0,000	0,000
tot_filhos	-0,0219***	-0,0098***	-0,0182***	-0,0298***
	0,000	0,000	0,000	0,000
horaspr	0,0141***	0,0084***	0,0085***	0,0099***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cia_conj	-0,0236***	-0,0318***	-0,0516***	-0,0596***
	0,000	0,000	0,000	0,000
instr	0,1998***	0,2197***	0,3112***	0,3802***
	0,000	0,000	0,000	0,000

Nota: * Significativo a 10%; **Significativo a 5%; *** Significativo a 1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do Stat

Tabela 13– Resultados da mesorregião Vale do Rio Doce

	Quantil da distribuição			
	0,25	**0,5**	**0,75**	**0,9**
constante	-5,4732***	-5,1219***	-5,0429***	-4,9074***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade	0,0362***	0,0430***	0,0471***	0,0459***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cor	-0,0259***	-0,0269***	-0,0381***	-0,0571***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade²	-0,0003***	-0,0003***	-0,0003***	-0,0003***
	0,000	0,000	0,000	0,000
tot_filhos	-0,0227***	-0,0146***	-0,0087***	-0,0186***
	0,000	0,000	0,000	0,000
horaspr	0,0151***	0,0104***	0,0094***	0,0101***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cia_conj	-0,0321***	-0,0289***	-0,0499***	-0,0491***
	0,000	0,000	0,000	0,000
instr	0,3014***	0,2705***	0,3649***	0,4499***
	0,000	0,000	0,000	0,000

Nota: * Significativo a 10%; **Significativo a 5%; *** Significativo a 1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do Stata

Tabela 14– Resultados da mesorregião Zona da Mata

	Quantil da distribuição			
	0,25	**0,5**	**0,75**	**0,9**
constante	-6,6553***	-6,1718***	-5,9844***	-5,7897***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade	0,0369***	0,0381***	0,0359***	0,0328***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cor	-0,0316***	-0,0297***	-0,0370***	-0,0555***
	0,000	0,000	0,000	0,000
idade²	-0,0003***	-0,0003***	-0,0002***	-0,0001***
	0,000	0,000	0,000	0,000
tot_filhos	-0,0429***	-0,0232***	-0,0219***	-0,0354***
	0,000	0,000	0,000	0,000
horaspr	0,0129***	0,0091***	0,0079***	0,0086***
	0,000	0,000	0,000	0,000
cia_conj	-0,0347***	-0,0341***	-0,0438***	-0,0505***
	0,000	0,000	0,000	0,000
instr	0,2958***	0,2545***	0,3451***	0,4405***
	0,000	0,000	0,000	0,000

Nota: * Significativo a 10%; **Significativo a 5%; *** Significativo a 1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do Stata

Nota-se que, a maioria das variáveis explicativas (idade, cor, idade², número de filhos, horas trabalhadas, companhia do cônjuge e nível de instrução) se mostraram significativas ao nível de 1%

para explicar o rendimento feminino nos quatro quantis da amostra em todas as mesorregiões analisadas.

Porém, no caso do Campo das Vertentes, a variável *dummy* companhia do cônjuge é significativa a 5% para os quantis 0,25 e 0,50. Da mesma forma, na mesorregião Central Mineira,essa mesma *dummy* é significativa a 5% para os quantis 0,25, 0,50 e significativa a 10% no quantil 0,90. Já na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, a variável idade² é significativa a 10% nos quantis 0,50 e 0,90. Por fim, na mesorregião Norte de Minas a variável horas trabalhadas é significativa a 5%. Nos demais casos, todas as variáveis foram significativas a 1%, como supracitado.

Em todos os quantis estimados para as mesorregiões, a idade impacta positivamente o rendimento mensal feminino. Ou seja, quanto mais velha a mulher, maior tende a ser o seu salário. É interessante notar que nas mesorregiões Campo das Vertentes, Central Mineira e Jequitinhonha o efeito da idade é mais forte nos quantis menores da amostra, indicando a ideia de quanto menor o nível do salário da mulher, mais importante é a idade no retorno salarial, provavelmente pelo fato da idade estar ligada à experiência no mercado de trabalho. Além disso, como a rendanestas regiões é menor, a sensibilidade renda-idade é maior.

Em relação a variável cor, o fato da mulher não ser branca e ser identificada como as demais raças (negra, amarela, parda, indígena) impacta negativamente o rendimento mensal feminino. O efeito negativo se mostrou presente em todas as mesorregiões analisadas e em maior magnitude nos quantis maiores,0,75 e 0,90, das amostras analisadas. Ou seja, quanto maior o nível salarial, o fato da mulher não ser branca exerce um maior efeito negativo sobre o seu salário, tendo uma tendência ascendente de receber menos do que as mulheres brancas que estão no mesmo nível salarial. Os resultados obtidos corroboram com a ideia exposta por Soares (2000) sobre a discriminação salarial entre as mulheres. Soares (2000) conclui a partir de suas estimações dentro do mesmo sexo, que as mulheres negras recebem menos do que as mulheres brancas e, segundo o autor, quanto maior o nível salarial maior é esta diferença.

A variável idade elevada ao quadrado (idade²) foi inserida no modelo com o objetivo de testar a não linearidade da variável idade sobre o rendimento feminino. Com isso, foi possível testar se as mulheres possuem rendimentos decrescentes à medida que ficam mais velhas, ou seja, quanto mais velha a mulher pode ganhar proporcionalmente menos. Os resultados deram significativos a 1% e exercendo efeito negativo sobre os salários femininos para todas as mesorregiões analisadas, indicando, portanto, que à medida que a mulher envelhece ela tende a receber aumentos salariais decrescentes.

Assim como é exposto pela literatura que abrange a mulher no mercado de trabalho, os resultados indicam que a variável número total de filhos (tot_filhos) impacta negativamente o rendimento feminino. Esse fato pode ser explicado por Kreps e Clark (1975), que ressaltam que o número de filhos está diretamente ligado à decisão da mulher de trabalhar ou não, revelando que quanto mais filhos, menor são as horas que a mãe pode se dedicar ao trabalho externo e como consequência recebendo salários menores. Além disso, os resultados também reforçam os estudos de Costa (1990), que mostra que a disseminação dos métodos contraceptivos contribuíram para a mulher se dedicar a carreira profissional e obter melhores remunerações. Ademais, é interessante notar que em todas as mesorregiões, com exceção do Vale do Mucuri, o efeito negativo é maior no menor quantil da amostra, 0,25. Tal resultado pode estar ligado ao fato de mulheres com menor nível salarial não terem condição de pagar alguém para cuidar dos filhos e, portanto, terem que abdicar do trabalho para exercer tal função.

A variável horas trabalhadas por semana (horaspr) possui um efeito positivo sobre a remuneração feminina em todos os quantis das doze mesorregiões de Minas Gerais, ou seja, quanto mais horas trabalhadas na semana maior tende a ser os salários. Além disso, vale ressaltar que o efeito positivo é mais acentuado nos menores quantis e se atenua no quantis mais elevados. Tal resultado pode

estar relacionado com os retornos decrescentes de escala, indicando que nos patamares mais baixos de salário o incremento de uma hora a mais de trabalho proporciona um retorno maior do que nos níveis salariais mais elevados. Já nas faixas maiores de renda o indivíduo já possui uma renda no limiar da sua atividade profissional.

Já a variável *dummy* companhia do cônjuge (cia_conj) impacta negativamente o rendimento feminino, ou seja, se a mulher vive com um companheiro (a), tende a ter salários menores. Apesar da intensidade variar entre os quantis das mesorregiões, na maior parte dos casos o impacto negativo era maior nos quantis extremos do nível de renda, 0,25 e 0,90. Os resultados corroboram com o trabalho de Kreps e Clark (1975), no qual os autores destacam que a decisão da mulher em participar do mercado de trabalho e se dedicar a uma carreira está correlacionada com o seu estado civil e com a posição ocupacional do companheiro. Além disso, os resultados podem aprofundar os estudos acerca das conclusões do trabalho de Sedlacek e Santos (1990). Os autores revelam que as mulheres cônjuges situadas nas faixas mais ricas, de acordo com a renda do marido, e mais pobres, também de acordo com a renda do marido, possuem as maiores taxas de participação no mercado de trabalho. Diante disso, leva-se a questionar o fato de por que apesar de estas mulheres possuírem maiores taxas de participação, na maioria das mesorregiões de Minas Gerais, viver com o cônjuge impacta negativamente os retornos salariais.

Por fim, ao analisar o impacto da variável *dummy* nível de instrução (instr), os resultados seguem a literatura base deste trabalho. O fato da mulher possuir o ensino superior possui efeito positivo sobre os retornos salariais em todos os quantis das mesorregiões analisadas. Assim, os resultados estão de acordo com o trabalho de Maciel et al. (2001), que ao analisar o retorno da escolaridade sobre os salários das mulheres no Brasil, conclui que quanto maior o nível educacional maior são os retornos sobre o nível salarial.

7 CONCLUSÃO

O tema “mulher no mercado de trabalho” é abordado em muitos trabalhos tanto nacionais quanto internacionais. Os assuntos mais discutidos são: a evolução da mulher no mercado de trabalho; os fatores que influenciam na decisão de trabalhar; a discriminação salarial entre homens e mulheres. Porém, ainda há poucos estudos que tratam dos principais condicionantes da remuneração feminina, e foi isto que este trabalho se propôs a fazer.

Nesse artigo investigou-se o efeito das variáveis idade, cor, número de filhos, total de horas trabalhadas por semana, convivência com o cônjuge e escolaridade sobre a remuneração mensal das mulheres das doze mesorregiões do estado de Minas Gerais. Para isso, utilizou-se dados do Censo 2010 e foi realizada a estimação do modelo a partir da regressão quantílica.

Os resultados indicaram que apesar das diferenças socioeconômicas entre as doze mesorregiões, o efeito das variáveis sobre o salário feminino se assemelhou em todas elas, com variação apenas da intensidade de cada coeficiente. Assim como já era exposto pela literatura, as variáveis idade, número de horas trabalhadas por semana e o nível de instrução escolar impactam positivamente a remuneração das mulheres. No entanto, as variáveis idade², que testa a não linearidade da variável idade, a cor, o número de filhos e o fato de viver com o cônjuge possuem um efeito negativo sobre a variável dependente analisada.

Com isso, os resultados obtidos contribuem e corroboram a literatura sobre a mulher no mercado de trabalho, revelando a ligação da mulher com o ciclo da família, como exposto por Kreps e Clarck (1975) e a importância da educação para obter melhores salários, como explicador por Buchinsky (1994) e Maciel ET. (2001)

A partir da análise de dados da amostra foi possível notar que a distribuição de renda e o nível de escolaridade se assemelham bastante entre as mesorregiões analisadas, apesar de existirem disparidades econômicas e sociais entre elas. Além disso, os resultados corroboram com a literatura,

que revela uma precariedade nos salários das mulheres em relação aos homens e o baixo nível educacional presente no Brasil.

Por fim, sugere-se como trabalhos futuros realizar a mesma análise para outras regiões do Brasil de modo a compreender melhor a dinâmica salarial feminina no país. E a partir disso, elaborar políticas públicas que possam contribuir para ganhos salariais das mulheres, que promovam a conciliação da mulher entre família e trabalho, e amenizem as discrepâncias existentes entre os sexos.

REFERÊNCIAS

ABREU, J., SORJ, B**. "Informalidade e precariedade: gênero e raça no Brasil em 1990"**. IV Conferência Internacional da Mulher (Pequim/1995).Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Séries Seminários, n. 7).

BANCO CENTRAL DO BRASIL, **"Boletim Regional",** Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2013/01/br201301b3p.pdf

BONETTI, Alinne; FONTOURA, Natalia; PINHEIRO, Luana; QUERINO, Ana Carolina; ROSA, Waldemir. **Livreto Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3. ed. Brasília: Ipea: SPM: UNIFEM, 2008.

BRUSCHINI, C., LOMBARDI, M. R., **"O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa",** Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 10. Caxambu (MG). V.1, p 483-516

COSTA, L., **"Aumentoda participação feminina: uma tentativa de explicação**", ,Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 7, 1990, V 2, P 231-243

DURAND, J. D., "***The labor force in economic development: a comparison of the international census data 1946-1966"*** Princeton University, 1975.

FUNDAÇÃO FORD, **"O Progresso das Mulheres no Brasil"**, Brasília , 2006, v 1, p 42-64

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, **"Mercado de Trabalho e gênero"**, Boletim PAD, Belo Horizonte, 2013, ano 2, n 5

JATOBÁ, J., **"A família brasileira na força de trabalho: um estudo da oferta de trabalho-1978/88"**, Pesquisa e Planejamento Econômico, 1994, p 1-34

KOENKER, R., BASSETT, G. J., **"Regression Quantiles"**, Econometrica, 1978, v 46, n 1, p 33-50

KREPS, J. ***"Sex in the market place: American women at work"*** Baltimore: The Jonh Hopkins, 1971

LAVINAS, L., BARTED, L**. "Mudanças na sociedade salarial, regulamentação e emprego feminino"**, Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 10, 1996, Caxambu, v1, p 547-588

LEME, M. C., WAJNMAN, S., "**Efeitos de período, coorte e clico de vida na participação feminina no mercado de trabalho brasileiro**", 1999

OLIVEIRA, A. M. M., SANTOS, E. C., **"A participação das mulheres no mercado de trabalho: uma análise das taxas de atividade feminina"**, Associação Brasileira de Estudos Nacionais, São Paulo, 1990

PAIVA, P. T. A. **"A mulher no mercado de trabalho urbano**", Belo Horizonte DEDEPLAR/UFMG, set 1980

RIOS-NETO, E., WAJNMAN, S., **“Participação feminina na população economicamente ativa no Brasil: alternativas para projeções de níveis e padões”**, 1994

SEDLACK, G. L., SANTOS E. C**., “A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração da renda familiar”,** Pesquisa e Planejamento Econômico, 1991, p 149-470

WAJNMAN, S. PERPÉTUO, I. H. **“A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro”**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 1997.

ZYLBERSTAJN, H., PAGOTTO, C. S., PASTORE, J., **“A Muher e o menor na força de trabalho”**, São Paulo, Nobel, 1985